

Relatório de Atividades e Apresentação de Contas

ANO 2023

CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS

INSTITUIÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
BAIRRO VERDE Nº 4
3330 - 240 GÓIS

ENTREGUE
NO CRSS DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE 2023

DENOMINAÇÃO Centro Social Rocha Barros

MORADA Bairro Verde n.º 4

3330 - 240 GOIS

N.º _____ ANDAR _____ LOCALIDADE GOIS

FREGUESIA GOIS

CONCELHO GOIS

CÓD. POSTAL _____

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist.	Conc.	IPSS
CÓD.		

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO REGIONAL DE _____

PARECER:

EM ____/____/____

DESPACHO:

EM ____/____/____

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

LOCAL: GOIS

GOIS 25, 03, 2024

DATA: GOIS 18, 03, 2024

ASSINATURAS:

[Handwritten signatures]

ASSINATURA DO PRESIDENTE

[Handwritten signature]



CENTRO SOCIAL
**ROCHA
BARROS**

Instituição Particular de Solidariedade Social
Encosta da Seara, Nº4
3330 - 240 Góis
Tel.: 235778032
Email: centro.rochabarros@hotmail.com

CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS

Assembleia Geral Ordinária

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Artigo 27º, Número 1,2,3,4 dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária do Centro Social Rocha Barros, a realizar na sua Sede Social no dia 25 de março de 2024 pelas 17:00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2023 e Análise do Parecer do Conselho Fiscal;
2. Outros assuntos de interesse para a Instituição.

A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto ou meia hora depois com qualquer número de presentes conforme preceitua o nº1 do artigo 28º.

Centro Social Rocha Barros, 07 de março de 2024

A Presidente da Assembleia Geral

**CENTRO SOCIAL
ROCHA BARROS**
- GÓIS -

(Sr.ª Maria Helena de Almeida Fernandes Camara Sanches)



Instituição Particular de Solidariedade Social
Encosta da Seara, Nº4
3330 - 240 Góis
Tel.: 235778032
Email: centro.rochabarros@hotmail.com

CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS

Parecer do Conselho Fiscal

Ex. Mos Sócios,

Com base no artigo 44º alínea c) dos Estatutos do Centro Social Rocha Barros, o Conselho Fiscal reunirá a 22 de Março de 2024 para dar o seu Parecer sobre o Relatório e as Contas do ano de 2023.

Foram efetuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os Estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

Com base no artigo mencionado dos Estatutos do Centro Social Rocha Barros e depois de ter analisado o Relatório e as Contas de Gerência do ano de 2023, vem apresentar o seguinte parecer:

Um: Parecer favorável sobre o Relatório de atividades do ano de 2023;

Dois: Parecer favorável sobre as Contas de Gerência do ano de 2023.

Em conformidade com tal parecer o Conselho Fiscal tem a honra de propor à Assembleia Geral que aprove o Relatório e as Contas de Gerência do ano de 2023.

O Conselho Fiscal propõe ainda à Assembleia Geral a aprovação dos seguintes votos:

Um: De pesar pelo falecimento dos utentes, beneméritos e sócios do Centro Social Rocha Barros, ocorrido durante o ano de 2023;

Dois: De louvor e de agradecimento a todas as Entidades, pessoas singulares ou coletivas, que contribuíram para o engrandecimento do Centro Social Rocha Barros.

Centro Social Rocha Barros, 22 de março de 2024

O Conselho Fiscal

Sr. António Henriques Barata

Dr.ª Ana Cristina Baptista de Almeida Campos Coroa

Sr. Carlos Alberto Oliveira Marques

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

ctt

Taxa Pago
Postagem País
Portugal
Código 200099011

Quinzenário Católico e Regionalista de Vila Nova do Ceira

COIMBARZENSE

Ano LXI - N.º 853 - 15 de março de 2024 | Director : P.e Orlando José Guerra Henriques | Preço: assinatura 15€ - n.º avulso 1€

Góis foi o anfitrião das comemorações do Dia da Proteção Civil da Região de Coimbra

No passado dia 4 de março, a sede da Associação Desportiva e Cultural de Cortecega foi o local escolhido para a realização da sessão de abertura das comemorações do Dia da Proteção Civil, que decorrerão ao longo do mês de março em Góis. uma organização

unidade Inter-
Coimbra e com
Emergência e
meteorológicas,
início da manhã,
nas alterações,
a apresentação
Ideia Segura,
avida por João
ib-Regional de
Civil da Região
que tem como
aglomerados e
ões dos grandes
e "98 por cento
tos na primeira
o o alerta que
ois por cento),
-se em grandes
"atrás situações",
is, vento forte e

humidade baixa", explicou, João Lucas.



CENTRO SOCIAL
**ROCHA
BARROS**

Instituição Particular de Solidariedade Social
Encosta da Seara, N.º4
3330 - 240 Góis
Tel.: 235778032
Email: centro.rochabarros@hotmail.com

CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS Assembleia Geral Ordinária CONVOCATÓRIA

Nos termos do Artigo 27º, Número 1,2,3,4 dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária do Centro Social Rocha Barros, a realizar na sua Sede Social no dia 25 de março de 2024 pelas 17:00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2023 e Análise do Parecer do Conselho Fiscal;
2. Outros assuntos de interesse para a Instituição.

A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto ou meia hora depois com qualquer número de presentes conforme preceitua o nº1 do artigo 28º.

Centro Social Rocha Barros, 07 de março de 2024
A Presidente da Assembleia Geral

CENTRO SOCIAL
ROCHA BARROS
- GÓIS -

(Sr.ª Maria Helena de Almeida Fernandes Camara Sanches)

124 ANOS

Assinatura anual: 45 €
Europa: 90 €
Fora da Europa: 120 €
ONLINE: 20 €
Preço avulso: 1,10 €

Fundador: EUGÉNIO MOREIRA

A COMARCA DE ARGANIL

SEMÁNARIO REGIONALISTA
CULTURA | CIDADANIA | INFORMAÇÃO

online

ANO CXXIV

II Série

N.º 12.554

QUINTA-FEIRA

7 de Março de 2024

Director: NUNO GOMES

DE 28 DE FEVEREIRO A 3 DE MARÇO



CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS
Instituição Particular de Solidariedade Colectiva
Estrada do Bairro 1117
3550 - 240 Beira
Tel. 262705001
Email: centro.solar@rocha-barros.pt

CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS Assembleia Geral Ordinária CONVOCATÓRIA

Nos termos do Artigo 27º, Número 1,2,3,4 dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária do Centro Social Rocha Barros, a realizar na sua Sede Social no dia 25 de março de 2024 pelas 17:00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2023 e Análise do Parecer do Conselho Fiscal;
2. Outros assuntos de interesse para a Instituição;

A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto ou meia hora depois com qualquer número de presentes conforme preceitua o nº1 do artigo 28º.

Centro Social Rocha Barros, 07 de março de 2024

A Presidente da Assembleia Geral

**CENTRO SOCIAL
ROCHA BARROS
- GOIS -**

(St.ª Maria Helena de Almeida Fernandes Camara Sanches)

(«A Comarca de Arganil», n.º 12.554 – II Série – 07-03-2024)



CENTRAIS

“TÁBUA DE QUEIJOS E SABORES DA BEIRA”

Certame foi um sucesso e superou as expectativas

PÁGINAS 14 E 15



Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da/o CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2023 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.centrosocialrochabarros.com, em 15/04/2024.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2023 a entidade (selecionar apenas uma das seguintes opções):

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º *

Os órgãos de administração:

1.º anal.
Juliana Bente
Joana Simões
Marta Simões
4/10/2024

*Consideram-se apoios financeiros públicos todas as subvenções públicas contabilizadas na conta 751 - Subsídios das Entidades Públicas, de acordo com a portaria que define o Código de Contas das Entidades do Setor Não Lucrativo (Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho)

ATAS

Ata nº 23

Folha
Nº do livro

2

2

Handwritten signature and initials.

----- Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, reuniu, pelas dezassete horas e trinta minutos, na sede do Centro Social Rocha Barros a Assembleia-geral, estando presentes: Presidente da Assembleia Geral, Maria Helena de Almeida Fernandes Camara Sanches; Segunda Secretária: Maria do Rosário da Silva Santos Barata. Com a ausência da Primeira Secretária foi convidada pelo Presidente da mesa um sócio presente na sala para a substituir. Foi convidada a senhora Ana Rita dos Santos Batista Barata até terminar a Assembleia Geral. -----

----- Aberta a sessão pela Sr.^a Presidente da Assembleia-geral, Maria Helena de Almeida Fernandes Camara Sanches, deu as boas-vindas aos presentes e foi de seguida lido o aviso convocatório, que se transcreve: "Nos termos do Artigo vigésimo sétimo, Número um, dois, três e quatro dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária do Centro Social Rocha Barros, a realizar na sua Sede Social no dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e quatro pelas dezassete horas, com a seguinte ordem de trabalhos: -

--- Um: Análise e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de dois mil e vinte e três e Análise do Parecer do Conselho Fiscal; -----

--- Dois: Outros assuntos de interesse para a Instituição; -----

--- A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto ou meia hora depois com qualquer número de presentes conforme preceitua o número um do artigo vigésimo oitavo. Centro Social Rocha Barros, sete de março de dois mil e vinte e quatro. A Presidente da Assembleia Geral, assina Maria Helena de Almeida Fernandes Camara Sanches. -----

----- De seguida deu-se início aos trabalhos entrando no ponto um. A Sr.^a Presidente da Assembleia passou a palavra à Tesoureira da Direção, Dr.^a Joana Simões que passou a explicar, resumidamente, a situação económica da Instituição: No ano de dois mil e vinte e três o resultado líquido do Centro Social Rocha Barros é de trinta e sete mil quatrocentos e oitenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos negativos, uma diferença positiva de cerca de dezassete por cento em relação ao ano transato, sendo que o resultado

ATAS

Folha

3

2

operacional antes de Depreciações da instituição se encontra positivo em quarenta mil setecentos e catorze euros e sete cêntimos. Em relação ao ano de dois mil e vinte e dois houve um aumento em todos os níveis dos rendimentos. Os rendimentos do ano de dois mil e vinte e três totalizaram o valor de um milhão cento e vinte e um mil quatrocentos e sessenta e nove euros e trinta e quatro cêntimos. No entanto os valores recebidos em dois mil e vinte e três sob a forma de subsídios e donativos continuam a estar abaixo dos valores recebidos no ano de dois mil e vinte e um, valor que nesse ano ascendeu aos quinhentos e setenta e oito mil e cinquenta e quatro euros e cinte e seis cêntimos, em dois mil e vinte e dois ficou nos quatrocentos e noventa e nove mil oitocentos e setenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos, uma descida muito significativa em relação ao ano transato, e em dois mil e vinte e três subiu novamente para os quinhentos e setenta e cinco mil seiscentos e vinte e sete euros e cinquenta e um cêntimos, uma diferença não muita significativa em relação ao valor de dois mil e vinte e um mas bastante consideravelmente maior que no ano transato de dois mil e vinte e dois, com um aumento de cerca de setenta e cinco mil euros. Isto deveu-se principalmente ao aumento da comparticipação da segurança social às valências que atingiu os quinhentos e sessenta e oito mil quatrocentos e setenta e nove euros e noventa e sete cêntimos, cerca de noventa e dois por cento do total de rendimentos desta rúbrica dos subsídios e donativos. Percebe-se que, como previsível todas as rúbricas de gastos aumentarem, totalizando o valor de um milhão cento e cinquenta e oito mil novecentos e oitenta e seis euros e sessenta cêntimos um aumento de onze por cento em relação ao ano transato. O valor de gastos com pessoal totaliza quase sessenta e nove por cento dos mesmos, chegando quase aos oitocentos mil euros em dois mil e vinte e três, o que se deve ao grande aumento do salário mínimo nacional e a um gradual aumento do número de pessoal de forma a fazer face às necessidades da instituição. Os gastos alimentares tiveram um aumento de cerca de dez mil euros de dois mil e vinte e dois para dois mil e vinte e três e estes totalizam cerca de dez por cento dos gastos totais da instituição. Em relação à situação económica e financeira da instituição é importante referir que, apesar de nestes últimos dois anos a entidade ter apresentado um grande valor de prejuízos, totalizando oitenta e dois mil e quinhentos e noventa e nove euros e setenta e dois cêntimos, a entidade continua a apresentar uma

ATAS

Folha

4

2

situação líquida positiva com uma diminuição do endividamento e um aumento da solvabilidade em relação ao ano transato, o que é positivo. Estes dois rácios relacionam-se com as dívidas da Instituição, que diminuíram em relação a dois mil e vinte e dois, sendo que a capacidade da Instituição cumprir os seus compromissos, em caso de liquidação da mesma, é maior. A autonomia financeira mantém-se positiva, o que significa que a instituição tem valores de capitais próprios que lhe permitem uma grande capacidade financeira para cobrir as responsabilidades da entidade sem recorrer a capitais alheios. A liquidez geral da instituição é superior a um, o que significa que não existem problemas de liquidez na instituição. Podemos verificar, portanto, pela análise aos rácios financeiros que a instituição se encontra em equilíbrio financeiro apesar dos seus últimos anos com resultados negativos. Por outro lado, a rentabilidade da instituição é negativa, ou seja, a entidade não está a conseguir gerar riqueza suficiente para fazer face aos seus gastos, anualmente, o que é fácil de perceber pelo resultado negativo que a mesma apresenta. Esta disparidade de situações tem consequência os bons resultados obtidos em anos transatos de valores avultados, o que permite à instituição continuar numa boa situação financeira. -----

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Direção para apresentar o Relatório de Atividades. O Sr. Presidente da Direção, Dr. Fernando Barata, apresentou sucintamente as atividades realizadas pelas crianças e idosos do Centro Social Rocha Barros. Prosseguiu dizendo que tem sido difícil manter um equilíbrio financeiro com a questão das necessidades de pessoal, pois tem-se verificado a tendência de uma população cada vez mais envelhecida e a realidade portuguesa não é exceção, muito pelo contrário. Regista-se um aumento da esperança média de vida, mas isso não significa melhor qualidade de vida. Debatemo-nos diariamente com o agudizar dos níveis de dependência das pessoas que acompanhamos, o que nos tem exigido um acompanhamento ainda mais próximo e regular. Torna-se cada vez mais exigente e desafiante manter o equilíbrio financeiro e a qualidade do acompanhamento porque nos pautamos. Sabemos a necessidade e a importância do apoio que prestamos e, por isso, foi necessário bater a algumas portas para ultrapassar esta crise que se tem vindo a sentir.

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia-geral leu o Parecer do Conselho Fiscal, que se transcreve: "Ex.Mos Sócios, Com base no artigo quadragésimo

ATAS

Folha

5

2

quartoº alínea c) dos Estatutos do Centro Social Rocha Barros, o Conselho Fiscal reuniu a vinte e dois de Março de dois mil e vinte e quatro para dar o seu Parecer sobre o Relatório e as Contas do ano de dois mil e vinte e três. Foram efetuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os Estatutos e os preceitos legais aplicáveis. Com base no artigo mencionado dos Estatutos do Centro Social Rocha Barros e depois de ter analisado o Relatório e as Contas de Gerência do ano de ano de dois mil e vinte e três, vem apresentar o seguinte parecer: -----

--- Um: Parecer favorável sobre o Relatório de atividades do ano de ano de dois mil e vinte e três; -----

--- Dois: Parecer favorável sobre as Contas de Gerência do ano de ano de dois mil e vinte e três. -----

Em conformidade com tal parecer o Conselho Fiscal tem a honra de propor à Assembleia Geral que aprove o Relatório e as Contas de Gerência do ano de ano de dois mil e vinte e três. O Conselho Fiscal propõe ainda à Assembleia Geral a aprovação dos seguintes votos: -----

--- Um: De pesar pelo falecimento dos utentes, beneméritos e sócios do Centro Social Rocha Barros, ocorrido durante o ano de ano de dois mil e vinte e dois;

--- Dois: De louvor e de agradecimento a todas as Entidades, pessoas singulares ou coletivas, que contribuíram para o engrandecimento do Centro Social Rocha Barros. -----

Centro Social Rocha Barros, vinte e dois de março de dois mil e vinte e quatro, assina o Conselho Fiscal Sr. António Henriques Barata, Dr.ª Ana Cristina Baptista de Almeida Campos Coroa e Sr. Carlos Alberto Oliveira Marques. ---

----- A Sr.ª Presidente da Assembleia-geral pôs o ponto um a votação "Análise e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de dois mil e vinte e três e Análise do Parecer do Conselho Fiscal", que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Seguidamente passou-se ao ponto dois "Outros assuntos de interesse para a Instituição". A Sr.ª Presidente da Assembleia questionou os sócios se alguém se queria pronunciar, a Sr.ª Maria do Rosário Barata, Segunda Secretária da Assembleia-geral, questionou quando termina o pagamento do empréstimo à Caixa de Crédito Agrícola Mutuo, ao que a Tesoureira da Direção respondeu que termina em junho de dois mil e vinte e sete, e que tudo

ATAS

Folha

6

Nº do livro

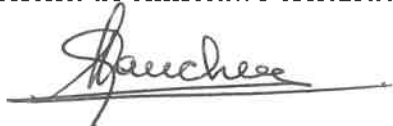
2

indica que só dessa altura poderemos gerar riqueza. Posteriormente tomou a palavra o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, Sr. António Henriques Barata, que gostaria que ficasse registado o agradecimento a todas as entidades que durante o ano de dois mil e vinte e três contribuíram com donativos para o engrandecimento do Centro Social Rocha Barros, nomeadamente a Junta de Freguesia de Góis, Camara Municipal de Góis, Alves Bandeira, RMBAND SA e Farmácia Santiago. -----

----- A Sr.ª Presidente da Assembleia questionou os sócios se mais alguém queria tomar a palavra, não havendo mais ninguém que se pronunciasse, a Sr.ª Presidente da Assembleia, Maria Helena de Almeida Fernandes Camara Sanches, encerrou a Sessão pelas dezoito horas da qual se lavrou a Presente ata que foi aprovada em minuta e que será assinada e rubricada pelos membros da Mesa. -----

Presidente da Assembleia Geral

Maria Helena de Almeida Fernandes Camara Sanches



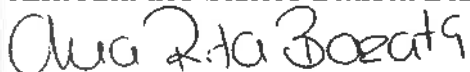
Segunda Secretária

Maria do Rosário da Silva Santos Barata



Sócio

Ana Rita dos Santos Batista Barata





Identificação da Instituição

CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS
Instituição Particular de Solidariedade Social
NIPC: 501 182 560

Bairro Verde nº 4
3330 – 240 Góis

www.centrosocialrochabarros.com
centro.rochabarros@hotmail.com
direcao.csrb@outlook.pt

CAE Principal: 87301

Atividades de Apoio Social para Pessoas Idosas com alojamento

Objeto Social

O Centro Social Rocha Barros tem como objetivos principais e numa perspetiva de solidariedade com fins de ação social, a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, familiares e comunidades, bem como a resolução de problemas habitacionais.



No cumprimento do imperativo legal e estatutário, cumpre apresentar à Assembleia Geral o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2023.

Mesmo com as adversidades vividas a nível económico em Portugal e ainda com o impacto da Guerra da Rússia e da Ucrânia, podemos afirmar que, fruto de uma gestão criteriosa e minuciosa, com políticas de controlo da despesa, diligências para novas formas de financiamento e responsabilização dos técnicos para o cumprimento, controlo e monitorização da atividade diária cumpriu com o seu objetivo orçamental.

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Centro Social Rocha Barros é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com sede no Bairro Verde nº 4 em Góis, devidamente registada na Direção Geral de Segurança Social, sob a inscrição nº 23/89, folhas 41 e 41 verso, no livro 3 das Associações de Solidariedade Social em 05/03/1986.

Tem por objetivos prioritários promover ações de solidariedade social, nomeadamente desenvolver atividades de proteção à 1ª e 2ª infância, família, comunidade e idosos, bem como o convívio social, a cooperação com outros organismos oficiais e particulares.

A área geográfica de intervenção abrange o Concelho de Góis.

Tendo o Centro Social Rocha Barros como objetivos a promoção de ações de solidariedade social, os fins que prossegue são entre outros, atividades de proteção à 3ª idade, à 1ª e 2ª infância e famílias carenciadas preconizadas através das várias respostas sociais nomeadamente:

- ✓ Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas
- ✓ Centro de Dia
- ✓ Serviços de Apoio Domiciliário
- ✓ Creche
- ✓ Ensino Pré-Escolar
- ✓ Centro de Atividades de Tempos Livres
- ✓ Habitação Social



ORGÃOS SOCIAIS – QUADRIÊNIO 2023/2026

ASSEMBLEIA GERAL

Maria Helena de Almeida Fernandes Camara Sanches
Ana Cristina Alves Barata
Maria do Rosário da Silva Santos Barata

DIREÇÃO

Fernando José da Silva Santos Barata
Helder Jorge Pereira Antunes Barata
Joana Patrícia Neves Simões
Maria Luísa Ferreira da Silva
Célia Maria da Cunha Sanches

CONSELHO FISCAL

António Henriques Barata
Ana Cristina Baptista de Almeida Campos Coroa
Carlos Alberto Oliveira Marques



21
abr 2024

INTRODUÇÃO INSTITUCIONAL

O Centro Social Rocha Barros é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede no Bairro Verde em Góis, Concelho de Góis e Distrito de Coimbra.

O Centro Social Rocha Barros tem por objetivos a prestação de serviços no âmbito da Ação Social nomeadamente na área de habitação e da segurança social tendo à disposição da população os mais diversos e diferenciados serviços.

O Centro Social Rocha Barros para além das atividades e serviços que presta aos seus clientes que frequentam as várias respostas sociais, desenvolve ainda outros trabalhos como parceiro ativo nos vários projetos implementados no Concelho nomeadamente:

PMID – Programa Municipal para Inclusão e Desenvolvimento;

CLAS – Conselho Local de Ação Social

NLI – Núcleo Local de Inserção

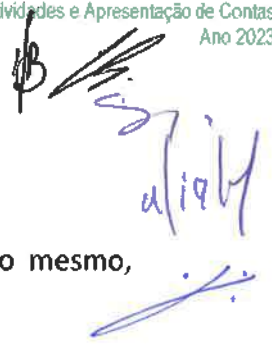
CPCJ – Comissão e Proteção de Crianças e Jovens de Góis

CME – Conselho Municipal de Educação

A Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas com quarenta e sete residentes é entre outras, uma resposta social cada vez mais procurada pela população, que garante as formas de respostas adequadas aos idosos que se encontram em situações de isolamento e/ou dependência. A ERPI está permanentemente ocupada, sendo que 36 vagas são comparticipadas pela Segurança Social, 4 são cativas e totalmente geridas pela Segurança Social e 7 são vagas privadas.

O Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) proporciona um conjunto diversificado de serviços em função das necessidades das pessoas que os procuram, nomeadamente:

- Fornecimento de refeições
- Cuidados de higiene e conforto pessoal



- Limpeza da habitação
- Tratamento de roupas
- Acompanhamento do utente ao exterior nas deslocações do mesmo, quando necessário
- Administração de medicamentos mediante prescrição médica
- Entre outras necessidades mais específicas de cada cliente.

No final do ano de 2023 a frequência de utentes nesta resposta social era de 16 pessoas.

O Centro de Dia (CD) presta um conjunto diversificado de serviços em função das necessidades das pessoas que o procuram, nomeadamente:

- Refeições
- Convívio/Ocupação, Ginástica, Atividades Socioculturais
- Tratamento de roupas
- Cuidados de higiene pessoal
- Entre outras necessidades mais específicas de cada cliente.

O número médio de utentes a frequentar o CD durante o ano de 2023 foi de 7 pessoas.

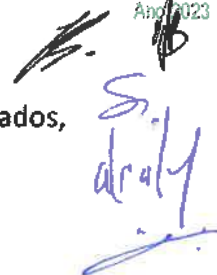
Relativamente à Infância, as respostas sociais existentes são as seguintes:

Creche – 25 crianças a frequentar no ano letivo 2022/2023, distribuídas pelo berçário, salas de um e dois anos.

Ensino Pré-escolar (EPE) – 23 crianças a frequentar no ano letivo 2022/2023

Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) – 25 crianças a frequentar no ano letivo 2022/2023 com idades compreendidas entre os seis e os onze anos

Nesta área da Infância, procura-se proporcionar o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar através de um atendimento individualizado,



colaborar com a família, incentivando a sua participação numa partilha de cuidados, valores e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança.

Além dos serviços já referenciados através das diversas respostas sociais, o Centro Social Rocha Barros, vai também dando respostas aos problemas habitacionais. O Bairro Cristina Rodrigues, património da Instituição é constituído por quatro blocos de habitações geminadas e que são atribuídas a famílias carenciadas.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Este relatório de atividades pretende enquadrar os resultados obtidos durante o ano 2023 nas suas Respostas Sociais nas atividades e ações desenvolvidas ao longo do ano.

Todos assistimos à tendência de uma população cada vez mais envelhecida e a realidade portuguesa não é exceção, muito pelo contrário. Regista-se um aumento da esperança média de vida, mas isso não significa melhor qualidade de vida. Debatemo-nos diariamente com o agudizar dos níveis de dependência das pessoas que acompanhamos, o que nos tem exigido um acompanhamento ainda mais próximo e regular.

Torna-se cada vez mais exigente e desafiante manter o equilíbrio financeiro e a qualidade do acompanhamento porque nos pautamos. Sabemos a necessidade e a importância do apoio que prestamos e, por isso, foi necessário bater a algumas portas para ultrapassar esta crise que se tem vindo a sentir.

Contamos com todos para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

[Handwritten signature and initials]

INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A Direção, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido, presta, a seguinte informação referente ao exercício que findou em 31 de dezembro de 2023, contida nas demonstrações financeiras e instrumentos de gestão.

De forma resumida, apresentamos seguidamente, alguns mapas de análises que se desenvolvem e explicam a evolução das componentes económico-financeiras, tornando assim mais fácil a sua interpretação.

No ano de 2023 o resultado líquido do Centro Social Rocha Barros é de **37.487,56€ negativos**, uma diferença positiva de cerca de 17% em relação ao ano transato, sendo que o resultado operacional antes de Depreciações da instituição se encontra positivo em 40.714,07€.

Em relação ao ano de 2022 houve um aumento em todos os níveis dos rendimentos, como podemos verificar analisando o gráfico nº1 que se encontra de seguida. Os Rendimentos do ano de 2023 totalizaram o valor de 1.121.469,34€.

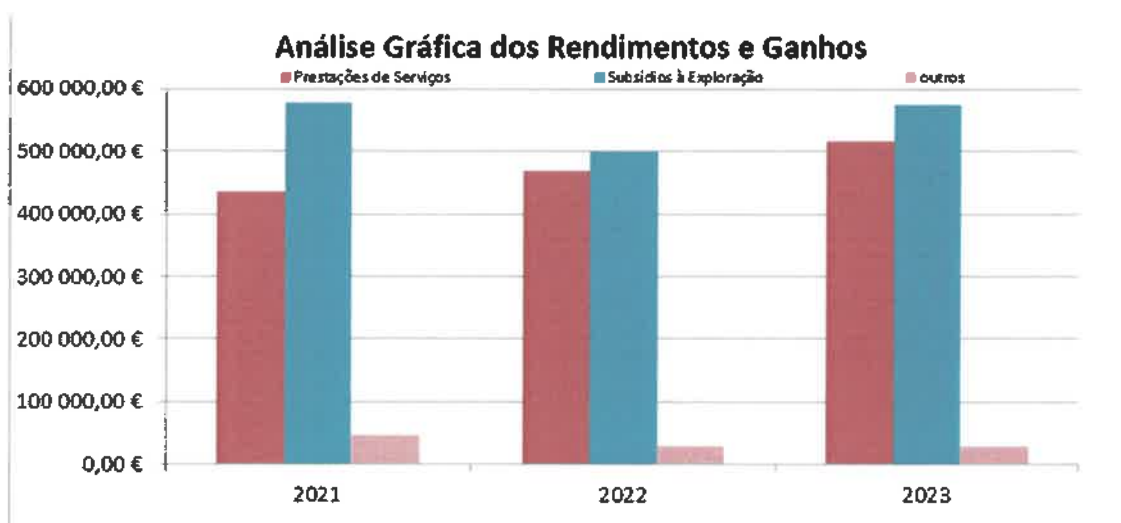


Gráfico 1 – Evolução dos Rendimentos nos anos de 2021,2022 e 2023

No entanto os valores recebidos em 2023 sob a forma de subsídios e donativos continuam a estar abaixo dos valores recebidos no ano de 2021, valor que nesse ano

Handwritten signature and initials in blue ink.

ascendeu aos 578.054,26€, em 2022 ficou nos 499.878,85€, uma descida muito significativa em relação ao ano transato, e em 2023 subiu novamente para os 575.627,51€, uma diferença não muita significativa em relação ao valor de 2021 mas bastante consideravelmente maior que no ano transato de 2022, com um aumento de cerca de 75.000€. Isto deveu-se principalmente ao aumento da comparticipação da segurança social às valências que atingiu os 568.479,97€, cerca de 92% do total de rendimentos desta rúbrica dos subsídios e donativos.

Decompondo a rúbrica das Prestações de Serviços, que totalizam 516.875,57€, temos que 78% desse valor pertence à valência de ERPI (Lar), ao Apoio Domiciliário e ao Centro de Dia, pertencem 6% e 5%, respetivamente, totalizando 89% nas valências da Terceira Idade. Na Infância e Juventude, 4% para a valência de EPE (jardim de infância) e 3% do valor nesta rúbrica refere-se à valência do ATL, sendo que a valência da creche não chega aos 2%. Esta disparidade para a valência da creche é algo que para o ano de 2024 ainda deverá aumentar uma vez que com a gratuidade das creches já são poucas as crianças que pagam mensalidade.

Análise Gráfica dos Gastos e Perdas

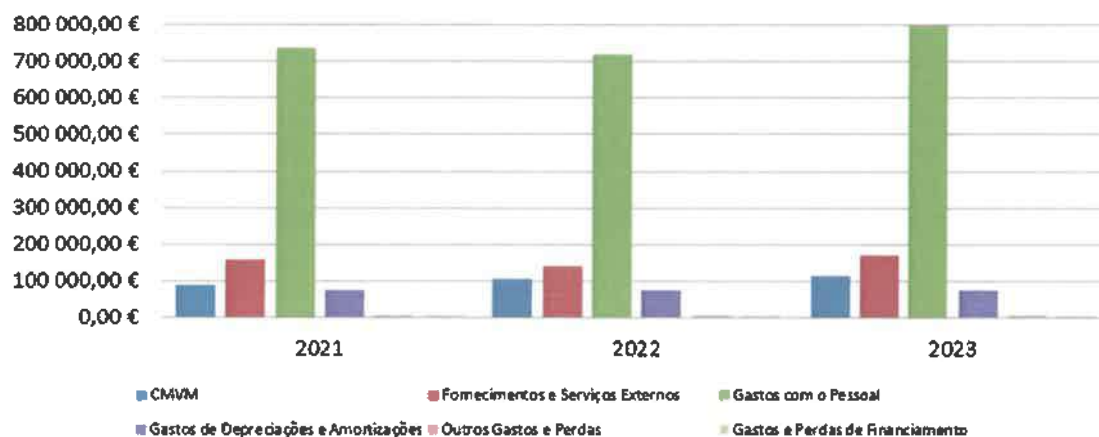


Gráfico 2 – Evolução das rúbricas de gastos nos anos de 2021, 2022 e 2023.

Analisando agora o gráfico 2, apresentado acima, vê-se que como previsível todas as rúbricas de gastos aumentarem, totalizando o valor de 1.158.986,60€, um aumento de 11% em relação ao ano transato. O valor de gastos com pessoal totaliza quase 69% dos mesmos, chegando quase aos 800.000,00€ em 2023, o que se deve ao grande aumento do salário mínimo nacional e a um gradual aumento do número de pessoal de forma a fazer face às necessidades da instituição.



Os gastos alimentares tiveram um aumento de cerca de 10.000€ de 2022 para 2023 e estes totalizam cerca de 10% dos gastos totais da instituição.

Em relação aos gastos de Fornecimentos e Serviços, que representam cerca de 14,5% dos gastos totais, podemos realçar que as rubricas com mais peso são as de Limpeza, Higiene e Conforto, que atingiu o valor de 36.759,14€, um aumento de 49% em relação a 2022, e a dos Combustíveis, esta última com o valor de 25.446,08€ não havendo grande oscilação em relação ao ano transato, de referir que a rubrica contempla os combustíveis dos veículos e o gás para aquecimento da instituição, este último atingindo o valor de 20.122,84€, constituindo 79% da rubrica. A rubrica de Honorários pagos, onde se inserem os pagamentos ao médico, fisioterapeuta, enfermeiros e advogado, atinge o valor de 15.971,83€ um aumento de cerca de 30% em relação ao ano de 2022. Por outro lado, existiu uma diminuição dos gastos com a eletricidade na instituição de cerca de 30%, atingindo em 2023 o valor de 15.895,88€, contrariamente aos 20.972,81€ gastos em 2022.

As rubricas de gastos de Conservação e Reparação, Água e Ferramentas e utensílios tiveram um aumento em relação a 2022, o que se deveu principalmente às obras realizadas no Bairro. Em 2023 os valores gastos em conservação e reparação atingiram os 14.755,36€, contrariamente aos 9.540,61€ gastos em 2022, os gastos com água atingiram os 9.830,74€, tendo em 2022 apenas sido gastos 7.546,21€ e os gastos com Ferramentas e utensílios foram de 6.396,26€ um aumento de cerca de 4.500€ em relação a 2022. A rubrica de Ferramentas e utensílios compreendem todos as pequenas ferramentas compradas para a obra, para a conservação do lar, bem como o fardamento adquirido este ano para a correta apresentação das colaboradoras da instituição.

S. J. Almeida

Resultado por Valências

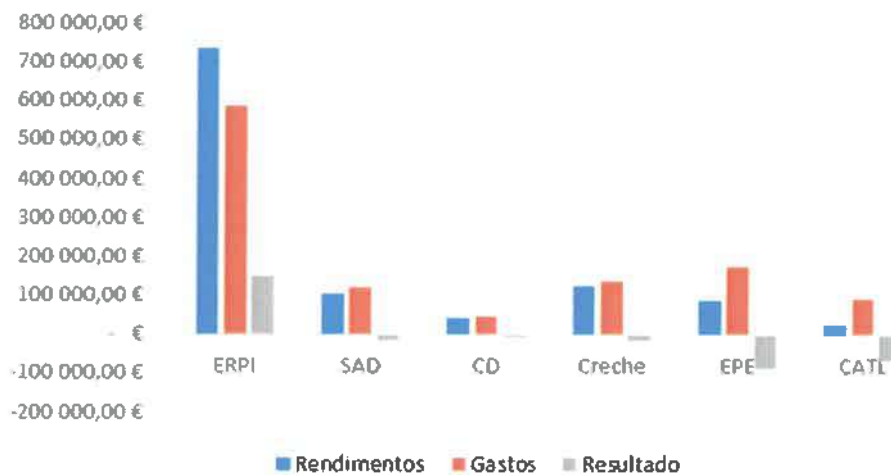


Gráfico 3 – Análise dos Rendimentos e Gastos por valências da entidade.

Terminando agora com os Resultados por valências, analisamos o gráfico 3, e depreende-se que o esperado não alterou, que se traduz num resultado positivo na valência de ERPI no valor de cerca de 150.000€ positivos, e um resultado negativo em todas as outras valências da entidade. Esse resultado negativo é mais acentuado, este ano, nas valências de EPE e CATL, onde atinge os valores de 84.325,23€ e 66.858,05€, respetivamente, sendo que todas as outras valências diminuíram o prejuízo em relação a 2022 e a valência de ERPI diminuiu também o resultado positivo em cerca de 30.000€ em relação a 2022. A valência de EPE teve um aumento no prejuízo de 24.621,41€, o que se explica pela diminuição no número dos utentes da valência, uma vez que atualmente e devido à situação de crise em que vivemos, os pais estão a colocar as crianças no público, uma vez que existem vagas no mesmo devido à diminuição do número de crianças existentes no concelho de Góis. Pelo contrário, a valência da creche teve uma diminuição do prejuízo que se deveu ao aumento do número de utentes nesta valência, o que se traduziu no aumento da comparticipação pela segurança social à mesma.

Em relação à situação económica e financeira da instituição é importante referir que, apesar de nestes últimos 2 anos a entidade ter apresentado um grande valor de prejuízos, totalizando 82.599,72€, a entidade continua a apresentar uma situação líquida positiva com uma diminuição do endividamento e um aumento da solvabilidade

Handwritten signature and date:
Sr. [Signature]
21/01/23

em relação ao ano transato, o que é positivo. Estes dois rácios relacionam-se com as dívidas da Instituição, que diminuíram em relação a 2022, sendo que a capacidade da Instituição cumprir os seus compromissos, em caso de liquidação da mesma, é maior. A Autonomia financeira mantém-se positiva, o que significa que a instituição tem valores de capitais próprios que lhe permitem uma grande capacidade financeira para cobrir as responsabilidades da entidade sem recorrer a capitais alheios. A liquidez geral da instituição é superior a 1, o que significa que não existem problemas de liquidez na instituição. Podemos verificar, portanto, pela análise aos rácios financeiros que a instituição se encontra em equilíbrio financeiro apesar dos seus últimos anos com resultados negativos.

Por outro lado, a rentabilidade da instituição é negativa, ou seja, a entidade não está a conseguir gerar riqueza suficiente para fazer face aos seus gastos, anualmente, o que é fácil de perceber pelo resultado negativo que a mesma apresenta. Esta disparidade de situações tem consequência os bons resultados obtidos em anos transatos de valores avultados, o que permite à instituição continuar numa boa situação financeira.

CONCLUSÃO

Para terminar esta análise, e falando no resultado previsto aquando da apresentação do Orçamento de 2024 (calculado até setembro de 2023), foi estimado um prejuízo muito menor em relação ao ano de 2023, o que, no geral, não se deveu a uma sobrevalorização da estimativa dos rendimentos expectáveis mas sim a uma subvalorização das despesas, tendo sido estas muito superiores ao que se esperava aquando da realização do orçamento, estes aumentos inserem-se nas rubricas de conservação e reparação, em material de equipamento, em combustíveis e limpeza, higiene e conforto. Relativamente ao orçamento apresentado em novembro de 2022, os valores são praticamente coincidentes. Em termos de pessoal também houve um aumento dos valores de gastos em relação ao espectável, uma vez que existiram algumas entradas de funcionárias perto do final do ano.

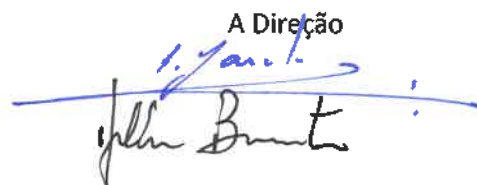
AGRADECIMENTOS

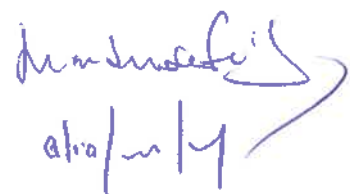
Ao finalizar este relatório, queremos deixar expresso o nosso mais vivo reconhecimento aos responsáveis da tutela, Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra, por todo o apoio e colaboração que nos tem concedido.

Ao Instituto de Emprego e Formação Profissional de Arganil, pelo apoio com os beneficiários que foram conferidos a esta Instituição.

Por fim, ao Município de Góis pela permanente colaboração no que concerne a transportes e à cedência do pavilhão gimnodesportivo para a prática de atividade física das nossas crianças.

A Direção


Joana Simões



Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

	2023	2022	Tipo de Inventário	
Custo das mercadorias	0	0	1	Permanente=0 Intermitente=1
Custo das matérias	114582.53	103570.67		
Custo dos activos biológicos	0	0		
Custo merc. Vendidas e mat. Consumidas	114582.53	103570.67		

Inventário Intermitente	Iniciais	Finais	Saldo	2022
Custo das Mercadorias :				
Existencias	0	0	0	0
Compras			0	0
Devoluções			0	0
Descontos			0	0
Regularização			0	0
Total			0	0
Custo das Matérias				
Existencias	4166.89	3057.08	1109.81	-1157.68
Compras			113961.86	105039.22
Devoluções			489.14	310.87
Descontos			0	0
Regularização			0	0
Total			114582.53	103570.67
Custo dos Activos Biológicos				
Existencias	0	0	0	0
Compras			0	0
Devoluções			0	0
Descontos			0	0
Regularização			0	0
Total			0	0

Inventário Permanente	Iniciais	Finais	Saldo	2022
Custo das Mercadorias	0	0	0	0
Custo das Matérias	0	0	0	0
Custo dos Activos Biológicos	0	0	0	0

Demonstração da variação da produção

Variação da Produção	Iniciais	Reg. Exist.	Finais	Saldo	2022
Produtos acabados	0	0	0	0	0
Subprodutos, desp. Restos e refugos	0	0	0	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the text "82" and "alr/1".

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (ESNL)

Entidade : CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM : 31 de Dezembro de 2023

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		516,875.57	468,527.02
Subsídios, doações e legados à exploração		575,627.51	499,878.85
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-114,582.53	-103,570.67
Fornecimentos e serviços externos		-168,918.04	-141,128.82
Gastos com o Pessoal		-796,777.65	-719,073.73
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Provisões específicas(aumentos/reduções)		0.00	0.00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos e ganhos		28,966.26	28,612.20
Outros gastos e perdas		-477.05	-855.32
Result. antes depreciações, gastos de financiamento e impostos		40,714.07	32,389.53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-73,162.86	-73,560.93
Result. Operacional (antes de gastos financiamento e impostos)		-32,448.79	-41,171.40
Juros e rendimentos similares obtidos		29.70	0.09
Juros e gastos similares suportados		-5,068.47	-3,940.85
Resultado antes dos impostos		-37,487.56	-45,112.16
Imposto sobre o rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-37,487.56	-45,112.16

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Gerência:

[Handwritten signatures and names]
 João Jorge Soares Brito
 Joana Simões
 M. Monteiro
 Estêvão J. L.

O CC
[Handwritten signature]

BALANÇO (ESNL)

Entidade : CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS

31 de Dezembro de 2023

RUBRICAS ACTIVO	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		1,336,114.00	1,398,821.66
Bens do património histórico e cultural		0.00	0.00
Propriedades de Investimento		0.00	0.00
Activos intangíveis		11,520.00	11,520.00
Investimentos Financeiros		6,227.45	6,697.60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/...		0.00	0.00
		1,353,861.45	1,417,039.26
Activo corrente			
Inventários		3,057.08	4,166.89
Clientes		2,599.75	6,613.51
Adiantamentos a fornecedores		0.00	0.00
Estado e outros entes públicos		7,950.27	7,948.03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/...		5,599.00	5,359.00
Outras contas a receber		14,629.63	296.35
Diferimentos		2,952.37	2,827.36
Outros activos financeiros		1,200.00	1,200.00
Caixa e Depósitos bancários		417,087.91	380,349.71
		455,076.01	408,760.85
Total do Activo		1,808,937.46	1,825,800.11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		0.00	0.00
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transitados		1,054,750.45	1,099,862.61
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais		618,571.73	618,571.73
Resultado líquido do período		-37,487.56	-45,112.16
Total do Fundo de Capital		1,635,834.62	1,673,322.18
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0.00	0.00
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		56,871.12	77,105.38
Outras contas a pagar		0.00	0.00
		56,871.12	77,105.38
Passivo corrente			
Fornecedores		23,368.74	20,730.13
Adiantamentos de clientes		0.00	0.00
Estado e outros entes públicos		25,443.59	24,358.58
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/...		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		20,234.26	19,763.88
Diferimentos		0.00	0.00
Outras contas a pagar		47,185.13	10,519.96
Outros passivos financeiros		0.00	0.00
		116,231.72	75,372.55
Total do Passivo		173,102.84	152,477.93
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1,808,937.46	1,825,800.11

A Gerência: _____

O CC: _____

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (ESNL)

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
<i>Fluxos de Caixa das actividades operacionais - Método Directo</i>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		552,465.70 €	489,263.28 €
Pagamentos de Subsídios		0.00 €	0.00 €
Pagamentos de Apoios		0.00 €	0.00 €
Pagamentos de Bolsas		0.00 €	0.00 €
Pagamentos a Fornecedores		321,594.11 €	255,385.68 €
Pagamentos ao Pessoal		468,907.61 €	470,876.56 €
Caixa gerada pelas operações		-238,036.02 €	-236,998.96 €
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		0.00 €	0.00 €
Outros Recebimentos / Pagamentos		225,361.66 €	258,666.00 €
Fluxos das Actividades Operacionais (1)		-12,674.36 €	21,667.04 €
<i>Fluxos de caixa das Actividades de Investimento</i>			
Pagamentos Respeitantes a :			
Activos Fixos Tangíveis		0.00 €	29,416.83 €
Activos Intangíveis		0.00 €	0.00 €
Investimentos Financeiros		0.00 €	0.00 €
Outros Activos		0.00 €	0.00 €
Recebimentos provenientes de :			
Activos Fixos Tangíveis		0.00 €	0.00 €
Activos Intangíveis		0.00 €	0.00 €
Investimentos Financeiros		0.00 €	0.00 €
Outros Activos		0.00 €	0.00 €
Subsídios ao Investimento		0.00 €	2,843.50 €
Juros e Rendimentos Similares		1.50 €	0.05 €
Dividendos		0.00 €	0.00 €
Fluxos das Actividades de Investimento (2)		1.50 €	-26,573.28 €
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</i>			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		0.00 €	0.00 €
Realizações de Capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		0.00 €	0.00 €
Cobertura de Prejuízos		0.00 €	0.00 €
Doações		0.00 €	0.00 €
Outras operações de financiamento		0.00 €	0.00 €
Pagamentos Respeitantes a :			
Financiamentos Obtidos		24,065.34 €	23,103.28 €
Juros e Gastos Similares		0.00 €	0.00 €
Dividendos		0.00 €	0.00 €
Reduções de Capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		0.00 €	0.00 €
Outras operações de financiamento		0.00 €	0.00 €
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)		-24,065.34 €	-23,103.28 €
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)		-36,738.20 €	-28,009.52 €
Efeito das Variações de Câmbio			
Caixa e seus Equivalentes no início do Período		381,549.71 €	409,559.23 €
Caixa e seus Equivalentes no fim do Período		418,287.91 €	381,549.71 €

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS (ESNL)

Entidade : **CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS**

Descrição	Notas	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS										Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe											
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
Posição no início do Período (N-1) (1)		0,00	0,00	0,00	1,104,748,21	0,00	0,00	0,00	618,571,73	-4,885,60	1,718,434,34	0,00	1,718,434,34
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de AFT e AI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exced. revalorização de AFT e AI e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamento por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	-4,885,60	0,00	0,00	0,00	0,00	4,885,60	0,00	0,00	0,00
(2)		0,00	0,00	0,00	-4,885,60	0,00	0,00	0,00	0,00	4,885,60	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)													
RESULTADO INTEGRAL (4=2+3)													
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período (N-1) (6=1+2+3+5)		0,00	0,00	0,00	1,099,862,61	0,00	0,00	618,571,73	-45,112,16	1,673,322,18	0,00	1,673,322,18	
Posição no início do Período (N) (6)		0,00	0,00	0,00	1,099,862,61	0,00	0,00	618,571,73	-45,112,16	1,673,322,18	0,00	1,673,322,18	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de AFT e AI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exced. revalorização de AFT e AI e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamento por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	-45,112,16	0,00	0,00	0,00	0,00	45,112,16	0,00	0,00	0,00
(7)		0,00	0,00	0,00	-45,112,16	0,00	0,00	0,00	0,00	45,112,16	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (8)													
RESULTADO EXTENSIVO (9=7+8)													
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(10)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período (N) (6+7+8+10)		0,00	0,00	0,00	1,054,750,45	0,00	0,00	618,571,73	-37,487,56	1,635,834,62	0,00	1,635,834,62	

Nota 1 – Identificação da entidade e Período de relato

1.1. Designação da entidade: CENTRO SOCIAL ROCHA BARROS

1.2. Sede: GOIS

1.3. Natureza da atividade: Pessoa coletiva de direito privado, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, reconhecida com Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), desenvolvendo atividades no âmbito de Estrutura Residencial Para Idosos, Centro de dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Creche, Ensino Pré-Escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres.

1.4. Período de relato: Coincidente com o ano civil, de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Nota 2 – Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC-ESNL, com a redação dada pelo decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015, de 29 de Junho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho (Código de Contas na parte aplicável às Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas

No período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das mesmas.

Nota 3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O Gasto de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os

ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual são segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os Gastos subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis foram calculadas segundo o método das quotas constantes.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis foram calculadas de acordo com os períodos de vida útil esperada dos bens. As taxas médias anuais de depreciações aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como se segue:

	Taxas médias	Número de anos
Edifícios e outras construções	5%	20
Equipamento básico	10,24%	7 a 15
Equipamento de transporte	25%	4
Equipamento administrativo	22,19%	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	13,98%	3 a 8

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros Rendimentos" ou "Outros Gastos".

3.2. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

Em 31.12.2023, esta rubrica inclui os FCT decorrentes das entregas realizadas por imperativos legais desde 01.10.2013. Durante o ano de 2023 foram suspensas as entregas por implicação legal para este fundo, sendo que o DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou o regime jurídico do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), cessando definitivamente, quer a obrigação de registo de novos empregadores e inserção de novos contratos de trabalho, quer a obrigação de atualização dos contratos já existentes, quer, ainda, a obrigação de realizar entregas para o Fundo.

Mantém-se a finalidade do Fundo em assegurar o reembolso de até 50% da compensação devida por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores incluídos no FCT, mas a esta finalidade juntam-se o financiamento da qualificação e formação certificada dos trabalhadores, o apoio aos custos e investimentos com habitação dos trabalhadores e ainda o apoio a outros investimentos de interesse mútuo para empregador e trabalhadores, designadamente refeitórios e creches.

3.3. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações.

A empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio médio, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

3.3. Estado e Outros Entes públicos e imposto sobre o rendimento

Nos termos do nº1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa";
- b) As Instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o nº3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no nº1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício de atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do nº1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50 % do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao da Autoridade Tributária e Aduaneira, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subseqüente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no nº3 do art10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do nº5 do artigo 87º. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos às taxas previstas no artigo 88 do circ, mas a entidade não obteve destes rendimentos no exercício em análise.

3.4. Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

3.4. Caixa e depósitos Bancários

Os Montantes incluídos na rubrica "Caixa e Depósitos Bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários mobilizáveis, sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos são mensurados da seguinte forma:

- Caixa – Ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida – Ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto e encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento.

3.5. Subsídios

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os Subsídios que não estejam relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis (por exemplo, subsídios às valências, apoios do IEFP), são reconhecidas como rendimento do próprio período, na rubrica "Subsídios, doações e legados a exploração" da demonstração de resultados do período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os Subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

3.6. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de pontualidade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias, natal, abono para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelos responsáveis da instituição. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer nos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, que por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

S.
13
/

3.7. Juízos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF – ESNL, os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 incluem:

- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nestas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

Nota 4 – Fluxos de caixa

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis ou restritos para uso.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de "caixa e depósitos bancários", apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	Datas	
	31 dezembro de 2023	31 dezembro de 2022
Caixa	97,90€	19,68€
Depósitos à ordem	195.228,20€	105.068,66€
Depósitos a prazo	221.761,81€	275.261,37€
Total	417.087,91€	380.349,71€

Centro Social Rocha Barros
Anexo às demonstrações financeiras individuais – NCRF-ESNL
31 de dezembro de 2023

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Descrição	Património Histórico, Cultural e Artístico	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiant. por conta de Patrim. Hist., Cult. E Art	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	0,00	2 032 090,14	111 259,86	65 616,95	35 765,53	0,00	38 154,47	0,00	11 520,00	2 294 406,95
2	Depreciações acumuladas iniciais	0,00	652 523,96	105 998,39	61 991,95	32 952,62	0,00	30 598,17	0,00		884 065,09
3	Perdas por imparidade acum. Iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
4	Quantia líquida escriturada inicial	0,00	1 379 566,18	5 261,47	3 625,00	2 812,91	0,00	7 556,30	0,00	11 520,00	1 410 341,86
5	Movimentos do período	0,00	-52 925,24	-2 919,53	-3 625,00	-1 366,39	0,00	-1 871,70	0,00	0,00	-62 707,86
5.1	Total da adições	0,00	10 455,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 455,00
	Aquisições em 1ª mão	0,00	10 455,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 455,00
	Aquisições através de concentr. de actividades empresariais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Acréscimo por revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2	Total da diminuições	0,00	63 380,24	2 919,53	3 625,00	1 366,39	0,00	1 871,70	0,00	0,00	73 162,86
	Depreciações	0,00	63 380,24	2 919,53	3 625,00	1 366,39	0,00	1 871,70	0,00		73 162,86
	Perdas por imparidade acum. Iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3	Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4	Transferência de AFT em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5	Transferência de/para activos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	7 000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6	Outras transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Quantia líquida escriturada final	0,00	1 326 640,94	2 341,94	0,00	1 446,52	0,00	5 684,60	0,00	11 520,00	1 347 634,00
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida										0,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number '13'.

13
S.
P.M.

Nota 6 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram reconhecidas as seguintes importâncias a receber e a pagar ao Estado:

Descrição	Datas	
	31-12-2023	31-12-2022
<u>Ativo</u>		
Retenções efetuadas por terceiros IRC	7.950,27€	7.948,03€
Total Passivo	7.950,27€	7.948,03€
<u>Passivo</u>		
Segurança social	19.533,15€	18.407,92€
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares IRS	5.910,44€	5.783,33€
Fundos Compensação	0	167,33€
Total Passivo	25.443,59€	24.358,58€

Nota 7 – Inventários

APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS			
Descrição		Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
1	Inventários iniciais	4 166,89	4 166,89
2	Compras	113 472,72	113 472,72
3	Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
4	Inventários finais	3 057,08	3 057,08
5	Custo das mercadorias e das matérias consumidas	114 582,53	114 582,53
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:			
6	Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários		0,00
7	Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários		0,00
8	Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários		0,00
9	Inventários escriturados pelo justo valor menos os custos de vender (correctores/negociantes)		0,00
10	Inventários dados como penhor de garantia de passivos		0,00
11	Inventários que se encontram fora da empresa		0,00
12	Adiantamentos por conta de compras		0,00

13
S.
H.
/

Nota 8 – Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 foram reconhecidos os seguintes créditos a receber referentes a mensalidades de utentes das valências no valor de 1.551,99 € e de utentes do Bairro Cristina Rodrigues no valor de 1.047,76€.

Nota 9 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Datas	
	31-12-2023	31-12-2022
Ativo		
Seguros	2.952,37€	2.827,36€
Total Ativo	2.952,37€	2.827,36€

Nota 10 – Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 foram registadas dívidas a pagar a fornecedores de bens e serviços no montante de 23.368,74€.

Nota 11 – Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 existia a pagar os seguintes valores de capital em relação aos financiamentos obtidos:

Descrição	Datas	
	31-12-2023	31-12-2022
Passivo Não Corrente		
Financiamentos obtidos	56.871,12 €	77.105,38 €
Passivo Corrente		
Financiamentos obtidos	20.234,26 €	19.763,88 €
Total	77.105,38 €	96.869,26 €

Nota 12 – Outros Passivos Correntes

Em 31 de dezembro existia a quantia de 47.185,13€ a pagar ao pessoal.

Nota 13 – Prestações de Serviços

A rubrica dos subsídios, doações e legados à exploração tem a seguinte composição:

Descrição	Período	
	2023	2022
Valência ERPI	406.077,91 €	368.533,56 €
Valência SAD	30.532,66 €	28.268,07 €
Valência CD	23.444,20 €	14.101,29 €
Valência EPE	22.792,93 €	23.503,25 €
Valência CATL	13.769,42 €	12.622,83 €
Cantina Social	9.798,50 €	7.492,50 €
Valência Creche	8.953,95 €	12.489,52 €
Quotizações e jóias	1.506,00 €	1.516,00 €
TOTAL	516.875,57 €	468.527,02 €

Nota 14 – Subsídios, doações e legados à exploração

A rubrica dos subsídios, doações e legados à exploração tem a seguinte composição:

Descrição	Período	
	2023	2022
Entidades públicas – Segurança social	529.586,74 €	460.879,18 €
Entidades públicas – Ministério da Saúde – Programa Bairros Saudáveis	21.750,00 €	9.500,00 €
Entidades públicas – Centro de Emprego	11.143,23 €	20.470,34 €
Donativos de Entidades Privadas	6.841,28 €	5.457,33 €
Autarquias – Câmara Municipal de Góis - PMID	4.000,00 €	1.500,00 €
Autarquias – Junta de Freguesia de Góis	2.000,00 €	0
Donativos em espécie	306,26 €	0
IAPMEI	0	2.072,00 €
Total	575.627,51 €	498.878,85 €

Nota 15 – Gastos com Pessoal

A rubrica de gastos com pessoal a 31 de dezembro de 2022 e 2023, apresenta a seguinte composição:

Descrição	Período	
	2023	2022
Remunerações	670.140,54 €	586.704,37 €
Encargos com Remunerações	115.796,87 €	122.341,69 €
Seguros	9.293,94 €	8.812,47 €
Outros	1.546,30 €	1.215,20 €
Total	796.777,65 €	719.073,73 €

Nota 16 – Outros Gastos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	Período	
	2023	2022
Quotas	300,00 €	600,00 €
Outros	90,70 €	0 €
Correções relativas a períodos anteriores	74,18 €	255,32 €
Total	464,88 €	855,32 €

Nota 17 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta a seguinte composição:

Descrição	Período	
	2023	2022
Limpeza Higiene e conforto	36.759,14 €	24.522,76 €
Combustíveis – Viaturas e Gás aquecimento	25.446,08 €	25.978,97 €
Honorários	15.971,83 €	12.215,66 €
Eletricidade	15.895,88 €	20.972,81 €
Conservação e Reparação	14.755,36 €	9.540,61 €
Trabalhos Especializados	10.974,22 €	10.682,91 €
Água	9.830,74 €	7.546,21 €
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	6.396,26 €	1.681,24 €

Material Equipamento	4.445,73 €	2.550,41 €
Material Enfermagem	4.154,85 €	2.079,13 €
Material de escritório	3.766,36 €	1.437,89 €
Seguros	3.314,31 €	3.571,00 €
Vigilância e Segurança	3.255,67 €	2.461,34 €
Comunicação	3.085,84 €	2.335,40 €
Subsídios atribuídos ao abrigo do PMID	2.687,86 €	1.042,10 €
Aluguer fotocopiadora e central telefónica	2.624,20 €	4.031,94 €
Cantina Social	1.755,00 €	3.242,50 €
Outros serviços	1.315,26 €	908,66 €
Recolha Resíduos Hospitalares	1.040,29 €	1.007,93 €
Artigos para oferta – Prendas Natal	736,46 €	466,76 €
Publicidade e Propaganda	284,20 €	258,30 €
Flores para Serviços Fúnebres	162,00 €	1.743,16 €
Contencioso e Notariado	132,30 €	48,05 €
Outros	128,20€	803,08 €
Total	168.918,04 €	141.128,82€

Nota 18 – Outros Rendimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	Período	
	2023	2022
Rendas	19.494,11 €	19.002,60 €
Reembolso IVA	4.737,39 €	7.400,16 €
Correções relativas a períodos anteriores	3.099,25 €	145,03 €
Reembolso IRS - Consignação	1.140,33 €	0
Descontos Pronto pagamento obtidos	216,06 €	64,82 €
Outros	279,12 €	1.999,59 €
Total	28.966,26 €	28.612,20 €

Nota 19 – Outras Divulgações

Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhoras;

Não existem processos concluídos ou em curso contra a Entidade, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Entidade, no âmbito do SNC/NCRF – ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Góis, 18 de março de 2024.

A Direção,



(Fernando José da Silva Santos Barata, Presidente)



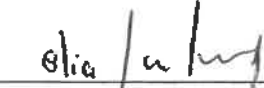
(Hélder Jorge Pereira Antunes Barata, Vice-Presidente)



(Joana Patrícia Neves Simões, Tesoureira)

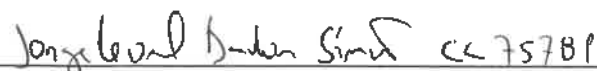


(Maria Luísa Ferreira da Silva, Secretária)



(Célia Maria da Cunha Sanches, Vogal)

O Contabilista Certificado,



(Jorge Simões, CC nº